



3467874 - 1803025

1o Ofício do Registro de Títulos e Documentos  
Cidade do Rio de Janeiro

Custas: R\$  
Total 489,63

Em: 05/08/2012 12:25:00  
17/73-FUNCEB 17/73  
Registrado e digitalizado em 09/08/2012

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA  
ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA  
INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA COMIL ÔNIBUS S.A.

entre

\COMIL ÔNIBUS S.A.,  
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS representando a  
comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente  
Emissão, e

INTERVENIENTES GARANTIDORES IDENTIFICADOS A SEGUIR

Data de

3 de agosto de 2012

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA COMIL ÔNIBUS S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**COMIL ÔNIBUS S.A.**, companhia fechada com sede na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Alberto Parenti, nº 1.382, Distrito Industrial, CEP 99700-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.940.956/0001-73 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") sob o NIRE nº 43300050408, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora";

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

e, na qualidade de intervenientes garantidores, doravante designados conjuntamente "Fidadores",

**DEOCLECIO CORRADI**, brasileiro, engenheiro civil, casado com Jussara Bernadete Crespi Corradi, abaixo qualificada, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 426.624.009-00, portador da cédula de identidade RG nº 101.106.666-7 SSP/RS, residente e domiciliado na Av. Maurício Cardoso, nº 1.200, Centro, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul;

**JUSSARA BERNADETE CRESPI CORRADI**, brasileira, contadora, casada com Deoclécio Corradi, acima qualificado, inscrita no CPF/MF sob o nº 476.542.289-53, portadora da cédula de identidade RG nº 1.287.119-8 SSP/PR, residente e domiciliada na Av. Maurício Cardoso, nº 1.200, Centro, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul;

**DAIRTO CORRADI**, brasileiro, engenheiro civil, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 354.858.680-53, portador da cédula de identidade RG nº 858.697 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua João Carlon, nº 221, Centro, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul; e

**DIONES CORRADI PAGLIOSA**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, inscrita no CPF/MF sob o nº 494.994.329-49, portadora da cédula de identidade RG nº 1.511.928 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Porto Alegre, nº 1.176, Centro, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul;

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilogramas com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Comissão de Valores Mobiliários S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 10 de julho de 2012 ("AGE"), na qual foi deliberada a aprovação da Emissão (conforme definida abaixo), bem como de seus termos e condições. Adicionalmente, conforme aprovado na AGE, a Emissão será garantida por fiança dos Fiadores, conforme descrita no item 4.17 abaixo.

## 2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCERGS e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no "Jornal do Comércio", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

### 2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERGS, conforme disposto do artigo 62, inciso II, e artigo 62, parágrafo 3º, respectivamente, ambos da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (e) abaixo, as originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCERGS deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados a partir da respectiva data de assinatura.

2.1.2.2 Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, definida no item 4.17.1, abaixo, a presente Escritura deverá ser levada a registro nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, e da cidade do Rio de Janeiro,

Estado do Rio de Janeiro em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de registro desta Escritura na JUCERGS. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após o registro em ambos os cartórios, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

### 2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 2.1.4 Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

## 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto:

- a) industrialização e comercialização de carrocerias de todos os tipos e encarregamento de ônibus;
- b) industrialização e comércio de peças e acessórios para carrocerias;
- c) compra e venda de chassis para ônibus;
- d) exportação dos produtos de sua fabricação;
- e) importação de componentes para ônibus;
- f) compra e venda de ônibus completos;
- g) representação comercial à base de comissões;



- h) investimentos em ações, quotas ou qualquer outro tipo de participação societária, com o fito de auferir lucros, dividendos, bonificações ou outros rendimentos similares;
- i) serviços de orientação e assistência, inclusive financeira, a coligadas e controladas; e
- j) participação no capital social de outras sociedades, independentemente do tipo jurídico.

**3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

**3.3 Número de Séries**

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

**3.4 Montante da Emissão**

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

**3.5 Quantidade de Debêntures**

3.5.1 Serão emitidas 11.000 (onze mil) debêntures ("Debêntures").

**3.6 Banco Mandatário e Instituição Esrituradora**

3.6.1 O banco mandatário e a instituição escrituradora serão, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 10º andar, CEP 04309-010, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 10º andar, CEP 04309-010, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Esrituradora").

3.6.2 A Instituição Esrituradora será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

**3.7 Destinação dos Recursos**

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados para (1) pagamento de determinados empréstimos contraídos pela Emissora, incluindo aqueles contraídos em face do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, diretamente ou mediante repasse por instituição financeira; e (2) composição de capital de giro da Emissora, para propósitos corporativos.

3.7.1.1 Os contratos contraídos em face do BNDES, referidos no item 3.7.1 (1), cujos pagamentos deverão ser realizados mediante utilização dos recursos obtidos com a Emissão, corresponderão àqueles indicados no Anexo I (os "Contratos de BNDES").

3.7.1.2 Em até 5 (cinco) dias úteis contados do pagamento de quaisquer valores devidos pela Contratante em decorrência dos Contratos de BNDES, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário os respectivos comprovantes de pagamento, que poderão ser, conforme o caso, dentre outros, (a) o extrato da conta corrente de titularidade da Emissora de que tenham sido debitados os valores utilizados para o pagamento, com a devida identificação do débito; (b) o boleto bancário enviado pelo banco repassador, com autenticação de pagamento; e (c) comprovante de Transferência Eletrônica Direta (TED).

3.7.2 Nos termos de contratos específicos de prestação de serviço de administração de conta, a serem celebrados na presente data, com intervenção e anuência do Agente Fiduciário (os "Contratos de Conta Vinculada"), os recursos obtidos com a Emissão decorrentes da integralização de 5.000 (cinco mil) Debêntures ficarão retidos em duas contas de titularidade da Emissora, abertas e mantidas, respectivamente, no (a) Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco C, Lote 32, 24º andar, através de sua Agência Corporata Porto Alegre (RS), prefixo 3168-2, localizada na Av. Borges de Medeiros, nº 2.233, 15º andar, na cidade de Porto Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/5118-70 ("Banco do Brasil"), no que se refere a recursos obtidos com a integralização de 3.000 (três mil) Debêntures; e (b) no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, nº 177, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.702.067/0001-96 ("Banco do Brasil"), e, em conjunto com o Banco do Brasil, os "Agentes Arrecadadores"), no que se refere a recursos obtidos com a integralização de 2.000 (duas mil) Debêntures ("Conta Vinculada" e, em conjunto, "Contas Vinculadas").

3.7.3 Os recursos depositados nas Contas Vinculadas referidas acima permanecerão bloqueados para livre movimentação da Emissora e serão utilizados pelos Agentes Arrecadadores para o pagamento de valores devidos pela Contratante em decorrência dos Contratos de BNDES, a critério da Emissora segundo procedimento descrito nos Contratos de Conta Vinculada, bem como para o pagamento da remuneração pelos serviços prestados pelos Agentes Arrecadadores.

3.7.4 Sem prejuízo das demais disposições dos Contratos de Conta Vinculada, em caso de Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora autoriza cada Agente Arrecadador, com o que estes anuem, a: (a) (1) se e conforme necessário, solicitar ao BNDES, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, autorização para realizar o pagamento antecipado dos valores devidos em decorrência, (i) no caso do Contrato de Conta Vinculada com o Banrisul, de Contrato de BNDES em que o Banrisul atue como agente financeiro ou repassador; e, (ii) no caso do Contrato de Conta Vinculada com o Banco do Brasil, de Contratos de BNDES em que o Banco do Brasil atue como agente financeiro ou repassador; e (2) uma vez obtida a autorização escrita do BNDES, se necessária, realizar o pagamento antecipado referido acima, de acordo com o disposto em cada Contrato de Conta Vinculada; e (b) após a realização dos pagamentos referidos acima, havendo saldo remanescente de recursos em cada Conta Vinculada, mantê-los nas respectivas Contas Vinculadas para pagamento de valores devidos pela Emissora em decorrência dos demais Contratos de BNDES, com exceção dos contratos previstos no item "a", acima, conforme aplicável, a critério da Emissora nos termos previstos em cada Contrato de Conta Vinculada.

### 3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição primária através do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos; e (b) negociação secundária no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizadas ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos ("Oferta Restrita"), sob o regime de garantia firme de subscrição para o montante de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), que será prestada de forma individual e não solidária por (a) Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"); (b) BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("BB-BI"); (c) Banco Votorantim S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03 ("Votorantim"); (d) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10 ("HSBC"); e (e) Banrisul (em conjunto com o

Coordenador Líder, com o BB-BI, com o Votorantim e com o HSBC, "Coordenadores"), observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do "Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, da Espécie Quirogratária com Garantia Fidejussória Adicional, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Comil Ônibus S.A.", celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Colocação").

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definição abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 15 e 13, respectivamente, da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3.9.4 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (b) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão consideradas como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.5 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.6 A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores nesse período.



3.9.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

#### 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definição abaixo ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.2 Data de Emissão

4.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de julho de 2012 ("Data de Emissão").

#### 4.3 Forma e Emissão de Certificados

4.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cauletas ou certificados.

#### 4.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Escrituradora. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

#### 4.5 Conversibilidade

4.5.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.6 Espécie

4.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

**4.7 Subscrição**

4.7.1 Prazo de Subscrição

4.7.1.1 As Debêntures poderão ser inscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação e do disposto no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.2 Preço de Subscrição

4.7.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definição constante do item 4.18.3.1 abaixo, calculado *pro rata* *temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

**4.8 Integralização e Forma de Pagamento**

4.8.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

**4.9 Direito de Preferência**

4.9.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures, inclusive no que se refere aos atuais acionistas da Emissora, nos termos do item 6.2 da ata da AGE.

**4.10 Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.10.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

**4.11 Repactuação**

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

**4.12 Condições de Pagamento**

4.12.1 Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (1) na sede da Emissora; ou (2) conforme o caso, pela Instituição Escriuturadora e Banco Mandatário contratados.



4.12.2 O Debiturista que gozar de imunidade, não-incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

4.12.2.1 O Debiturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.12.2.2 Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 4.12.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debiturista ou terceiro.

#### 4.13 Prorrogação dos Prazos

4.13.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.14 Encargos Moratórios

4.14.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures ou de outras consequências previstas nesta Escritura, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### 4.15 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios pelo período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.16 Publicidade

4.16.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no "Jornal do Comércio", na forma de aviso e quando exigido pela legislação, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.17 Garantia

4.17.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na presente Escritura, os Fiadores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.17.2 Os Fiadores declararam-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

4.17.3 O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidas pelos Fiadores, o qual inclui: (a) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido

da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura, bem como (b) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Escrituradora e verbas indenizatórias ("Valor Garantido").

4.17.4 O Valor Garantido será pago por quaisquer dos Fiaidores em até 3 (três) dias úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiaidores. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura.

4.17.5 Os Fiaidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e facilidades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.17.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer dos Fiaidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.17.7 Para os fins do disposto no artigo 1.647 do Código Civil, os Fiaidores Deoclecio Corradi e Jussara Bernadete Crespi Corradi, acima qualificados, concedem-se reciprocamente outorga uxória e marital para prestação da Fiança.

4.17.8 Os Fiaidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto do item 4.17.1 acima, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que cada um dos Fiaidores obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente a parcela que lhes compete do Valor Garantido.

4.17.9 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.17.10 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para discussão da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

#### 4.18 Características Básicas das Debêntures



4.18.1 *Quantidade de Debêntures*

4.18.1.1 Serão emitidas 11.000 (onze mil) Debêntures.

4.18.2 *Prazo e Data de Vencimento*

4.18.2.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta)

meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 27 de julho de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.18.3 *Remuneração das Debêntures*

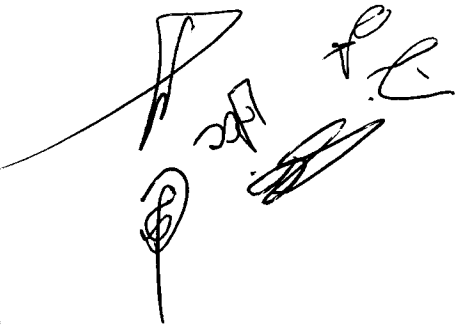
4.18.3.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 130% (cento e trinta por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, *over extra* grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo ("Remuneração").

4.18.3.2 Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.18.3.3 A Remuneração será paga a cada 6 (seis) meses a partir da Data de Emissão, no dia 27 do respectivo mês ou, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura, caso tal dia não seja dia útil, no primeiro dia útil subsequente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 27 de janeiro de 2013 e o último pagamento da Remuneração será devido em 27 de julho de 2017, na Data de Vencimento.

4.18.3.4 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1), \text{ onde:}$$



"j" corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorDI" corresponde ao produto das Taxas DI-Over, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusivo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{n=1}^{k-1} \left( 1 + TDI_k \times \frac{100}{p} \right)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, neste caso, 130,00;

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

#### 4.18.3.5 Outros Aspectos Relativos à Remuneração

4.18.3.5.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

a) o fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{100}{p}\right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

b) efetua-se o produto dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{100}{p}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

d) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.18.3.5.2 Observado o quanto estabelecido no item 4.18.3.5.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI<sub>k</sub> a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.18.3.5.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição a Taxa DI. Não havendo um substituto legal, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias úteis acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas para estes, por voto favorável correspondente a, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas dos itens 4.18.3.4 acima e na apuração de TDI<sub>k</sub> será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.18.3.5.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.



4.18.3.5.5 Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a taxa substituta, na Assembleia realizada conforme o item 4.18.3.5.3 acima, a Emissora realizará o resgate antecipado e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 4.18.3.4 acima e na apuração de TDIK será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

#### 4.19 Amortização Programada das Debêntures

4.19.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 18º (décimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, em parcelas sucessivas, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
27 de janeiro de 2014	12,50%
27 de julho de 2014	12,50%
27 de janeiro de 2015	12,50%
27 de julho de 2015	12,50%
27 de janeiro de 2016	12,50%
27 de julho de 2016	12,50%
27 de janeiro de 2017	12,50%
27 de julho de 2017	12,50%

#### 5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

##### 5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, conforme definição abaixo, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM nº 476/09 e o disposto no artigo 55, §3º, I, da Lei nº 6.404/76, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (b), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (1) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (2) acionistas controladores da Emissora; e (3) administradores da Emissora, seus cônjuges e parentes até 2º grau.

## 5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A Emissora não poderá promover o resgate antecipado das Debêntures, seja no todo ou em parte.

## 5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

a) identificação de falsidade, incorreção ou enganiosidade, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por quaisquer dos Fiadores no âmbito da Emissão;

b) não pagamento pela Emissora ou pelos Fiadores das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas na respectiva data de vencimento;

c) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias, ou não, decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, e/ou suas controladas e/ou controladoras, ou ainda os Fiadores, no mercado local ou internacional;

d) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido descumprimento;

recebimento de atuação por órgãos governamentais de caráter, dentre outros, fiscal, ambiental, trabalhista, relativo a saúde ou segurança ocupacional, ou de defesa da concorrência que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou de suas controladas e que não tenha seus efeitos suspensos em até 10 (dez) dias úteis contados de seu recebimento por meio de contestação, reclamação, recurso ou qualquer ato da Emissora na esfera judicial ou administrativa;

i) execuções judiciais de qualquer natureza nas quais a Emissora ou qualquer dos Fiadores figure no pólo passivo, que gere passivo ou contingência em valor agregado igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), para as quais não tenha sido proposta medida judicial capaz de suspender seus efeitos; ou;

h) morte, incapacidade, moratória, solicitação de suspensão geral de pagamentos ou insolvência de qualquer dos Fiadores, exceto se, dentro de 5 (cinco) dias úteis, (1) tais Fiadores forem substituídos por outro fiador idôneo, a critério dos Debenturistas; ou (2) for apresentada nova garantia que seja aceita pelos Debenturistas em substituição à fiança;

g) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento, ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor, independentemente de sua homologação judicial, pedido de aut falência ou de decretação de falência, ou, ainda, ocorrência de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora ou qualquer de suas controladas;

f) prolação de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou dos Fiadores que resultem ou possam resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para o respectivo Fiador, conforme o caso, de valor unitário ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para as quais não se tenha oferecido bens em garantia ou feito provisão para pagamento;

e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra os Fiadores, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da oferta de tal protesto salvo se, neste prazo, (1) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (2) for cancelado ou tenha seus efeitos suspostos por decisão judicial, ou, ainda, (3) forem prestadas pela Emissora ou pelos Fiadores, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

- k) não-obtenção, não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, emitidas pelos órgãos públicos competentes em nome da Emissora para operar e manter as atividades por ela desenvolvidas;
- l) ocorrência das hipóteses mencionadas no artigo 333 do Código Civil;
- m) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou de qualquer dos Fiadores;
- n) transformação da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- o) mudança do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora;
- p) destinação dos recursos captados por meio desta Escritura para finalidade diversa da prevista no item 3.7.1, acima;
- q) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- r) não observância dos índices financeiros calculados de acordo com o Anexo II desta Escritura ("Índices Financeiros"), a serem verificados anualmente;
- s) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto (1) por aqueles já existentes nesta data ou que venham a ser constituídos nos termos desta Escritura, por ocasião da celebração da Escritura ou colocação das Debêntures; (2) se tais ônus estiverem relacionados a quaisquer contratos e/ou financiamentos a serem contratados pela Emissora com o BNDES e/ou com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; ou (3) se houver prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- t) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se para fins de absorção de prejuízos acumulados;
- u) pagamentos de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja

inadimplente com suas obrigações descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;

v) mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora, ou em caso de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (1) se a referida cisão, fusão, incorporação ou reorganização societária ocorrer dentro do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (2) se houver prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

w) existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos pela Emissora e/ou por administradores da Emissora, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente; ou

x) inadimplimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações previstas no Contrato de Colocação, ou verificação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no citado contrato são inverídicas, incompletas ou imprecisas.

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

a) a data em que ocorrer os Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (b), (c), (g), (i), (n), (p), (q), (r), (u) ou (v) do item 5.3.1, acima, ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.6 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será considerado como declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e

b) em relação aos demais eventos listados no item 5.3.1, acima, ressalvados os listados na alínea "a", acima deste item 5.3.2 ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), a data em que se realizar, em primeira ou segunda convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.3.3, abaixo, ou, na hipótese do item 5.3.4, abaixo, em que o Agente Fiduciário declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação, pelos Debenturistas, sobre eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.4 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.3, acima, não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.5 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.3, acima, será necessário o quorum especial de titulares que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos do item 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (a) da data em que tomar ciência da ocorrência de Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática ou (b) da Data de Vencimento Antecipado relativa a Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD.

5.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.3.6 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de término do prazo acima referido até a data de seu efetivo pagamento.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias (i) após o término do 1º (primeiro) semestre de cada ano, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao semestre encerrado; (ii) após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (iii) após o término de cada exercício social, declaração do Diretor Presidente de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros auditados pelos

auditor independentes da Emissora para o respectivo exercício, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A primeira verificação dos Índices Financeiros se dará com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012;

2) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

3) dentro de 10 (dez) dias corridos após sua realização, (i) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, se constituído, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (ii) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, se houver, da Emissora;

4) dentro de 7 (sete) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados relacionados às Debêntures e/ou à Emissão;

5) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da notificação, caso a Emissora decida não se manifestar, ou em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada de cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");

6) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a

seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

7) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCERGS em até 7 (sete) dias úteis, contados da data do seu arquivamento; e

8) cópia da ata da AGE devidamente arquivadas na JUCERGS, em até 7 (sete) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;

b) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (e), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento de eventuais aditamentos na JUCERGS, em até 7 (sete) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;

c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos do item 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

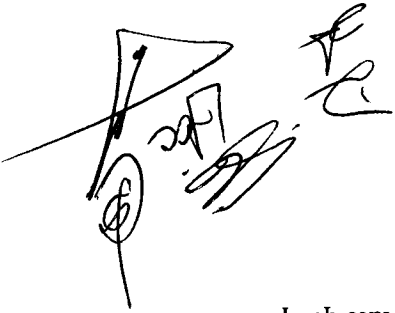
f) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos sob todas as leis e regulamentações aplicáveis, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

g) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

i) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

j) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;





- k) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- l) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- m) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e da Instituição Escrituradora;
- n) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:

- 1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- 2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- 3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- 4) manter os documentos mencionados no subitem (3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- 5) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- 6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- 7) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

(1) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social; (2) proceder com todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e

s)

efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário (as quais, sempre que possível, serão previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora) que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debituristas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debiturista nos termos desta Escritura;

r)

manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Escrituradora, a CETIP, a Agência de Classificação de Risco e o Agente Fiduciário;

q)

observado o disposto na alínea "o" acima, obter o *rating* das Debêntures no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão;

p)

contratar pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings*, ou *Moody's América Latina*, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (1) atualizar, anualmente, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, até a Data de Vencimento; (2) permitir, nos limites da regulamentação aplicável, que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (3) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (4) comunicar ao Agente Fiduciário, no dia útil subsequente, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debituristas, bastando notificar o Agente Fiduciário a respeito, desde que tal agência de classificação de risco seja uma das três agências de classificação de risco mencionadas acima; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debituristas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

o)

Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

t) enviar, ao Agente Fiduciário, organograma, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização à CVM. Referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, sociedades sob controle comum, as coligadas, e outros integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

u) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que, respectivamente, tenha adquirido ou assumido na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

v) manter os Índices Financeiros de acordo com o Anexo II desta Escritura;

w) comunicar imediatamente aos Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;

x) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e

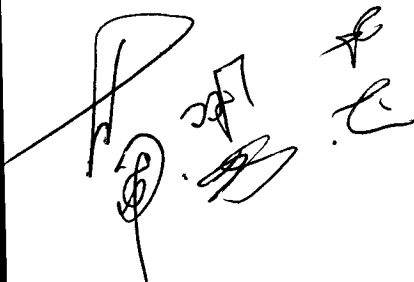
y) enviar, ao Agente Fiduciário, até 31 de agosto de 2013, os comprovantes de pagamento dos valores devidos em decorrência dos Contratos de BNDES.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (r) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

b) extração de certidões;

c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora; e



- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debituristas.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, é nomeada como agente fiduciário desta Emissão e expressamente aceita, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debituristas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debituristas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debituristas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar a mesma.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debituristas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debituristas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/83").

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERGS e registrado nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

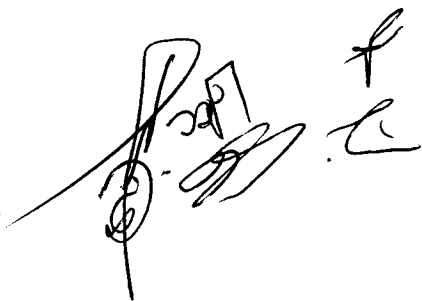
- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptação;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- i) intimar a Emissora a respeito de eventual deterioração ou depreciação da fiança;
- j) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.16.1 acima;
- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- 1) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- 5) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- 6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- 7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- 8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- 9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da fiança prestada nos termos da presente Escritura;



n) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

1) na sede da Emissora;

2) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;

3) na CETIP;

4) na CVM; e

5) nas sedes dos Coordenadores, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;

o) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;

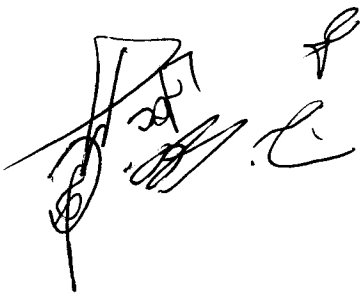
p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Escrituradora e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;

q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;

r) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e

t) sem prejuízo do disposto no item 5.3.6, acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias em que tomar conhecimento, ou nos prazos específicos determinados nas demais cláusulas da Escritura, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando

Handwritten signature and stamp at the bottom of the page. The signature is in black ink and appears to be "J. C.". To the right of the signature is a circular stamp, partially legible, which seems to contain the text "CETIP" and some other illegible words.

comunicação de igual teor à CVM e à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunidade dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (d) acima.

7.6 Serão devidos, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.6.1 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.6 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de cada data de pagamento e até cada data de pagamento subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

7.6.2 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 7.6 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (a) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (e) quaisquer outros tributos que venham a



incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.6.4 A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.5 Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.6.6 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 7 (sete) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.7 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima, por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas

pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos Debituristas (sendo que as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debituristas bem como sua remuneração); e (ii) excluem os Debituristas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debituristas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debituristas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debituristas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Será arcada pelos Debituristas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debituristas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.8 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debituristas que não tenham sido saldados na forma prevista no item 7.6.7 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência na ordem de pagamento.

7.6.9 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debituras, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.6.10 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.11 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debituristas e com anuência da Emissora.

## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBITURISTAS

8.1 Os Debituristas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunidade dos Debituristas ("Assembleia Geral de Debituristas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (d) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, em conjunto, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto (a) quando de outra forma prevista nesta Escritura e (b) nas hipóteses de alteração de prazos, garantias, quorum de votação, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate, ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando, em conjunto, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.8.1 A alteração dos quorums qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- e) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- f) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- g) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- i) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- j) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- l) para fins do disposto no artigo 10, §2º da Instrução CVM nº 28/83, modificada pela Instrução CVM nº 519, de 26 de janeiro de 2012, na data de assinatura da presente Escritura, não presta serviços de agente fiduciário a empresas do mesmo grupo econômico da Emissora.

## DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E FIADORES

10.1

A Emissora e cada um dos Fiadores declara e garante que:

a) no que se refere à Emissora, é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou por cada um dos Fiadores, conforme aplicável;

d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

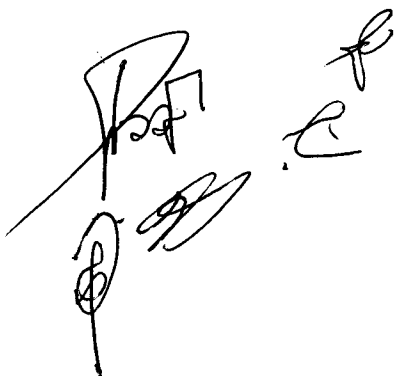
e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora ou qualquer dos Fiadores seja parte, nem irá resultar em: (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de qualquer dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer órgão público ou regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora ou por cada um dos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCERGS e nos cartórios competentes, bem como pelo registro das Debêntures na CETIP;

g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;

h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

i) no que se refere à Emissora, manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;



j) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, quaisquer processos administrativos ou judiciais em que a Emissora ou os Fiadores sejam partes e que possam de qualquer modo afetar a capacidade financeira da Emissora, as Debêntures ou a Fiança;

k) não possui, na data de assinatura desta Escritura, quaisquer contingências ou passivos de qualquer natureza, inclusive fiscal, trabalhista ou previdenciária, incorridos direta ou indiretamente, já materializadas ou não, em valores agregados iguais ou superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

l) no seu melhor conhecimento até a presente data, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios;

m) todas as eventuais operações realizadas pela Emissora com partes relacionadas foram pactuadas em bases e condições de mercado;

n) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Debenturistas; e

o) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura.

10.2 A Emissora e cada um dos Fiadores compromete-se a notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) Para a Emissora:

Comil Ônibus S.A.  
Rua Alberto Parenti, nº 1.382, Distrito Industrial,  
CEP 99700-000, Erechim, Estado do Rio Grande do Sul  
At: Margarete Dalla Vecchia  
Telefone: (54) 3520-8797  
Fax: (54) 3520-7755

Correio eletrônico: [margarateveccchia@comilionibus.com.br](mailto:margarateveccchia@comilionibus.com.br)

b) Para os Fiadores:

Sra. Inês Gasparini Zanin  
Rua Alberto Parenti, nº 1.382, Distrito Industrial,  
CEP 99700-000, Erechim, Estado do Rio Grande do Sul  
Telefone: (54) 3520-8779  
Fax: (54) 3520-7755  
E-mail: [ineszanin@comilionibus.com.br](mailto:ineszanin@comilionibus.com.br) / [diretoria@comilionibus.com.br](mailto:diretoria@comilionibus.com.br)

c) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102  
Rio de Janeiro, RJ  
At: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
Correio eletrônico: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

d) Para o Banco Mandatário:

Banco Itáú Unibanco S.A.  
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela – 10º andar  
04309-010 - São Paulo – SP  
At: Cláudia Vasconcellos  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fax: (11) 5029-1394  
Correio eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

e) Instituição Escrituradora:

Itaú Corretora de Valores S.A.  
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela – 10º andar  
04309-010 - São Paulo – SP  
At: Cláudia Vasconcellos  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fax: (11) 5029-1394  
Correio eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)



f) Para a CETIP:

CETIP S.A - Mercados Organizados  
Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481  
Correio eletrônico: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
01452-001 - São Paulo - SP  
At: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564

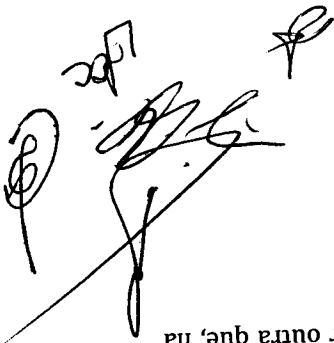
11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicar a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na cidade de São Paulo, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debituristas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou Fiaidores prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.





11.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

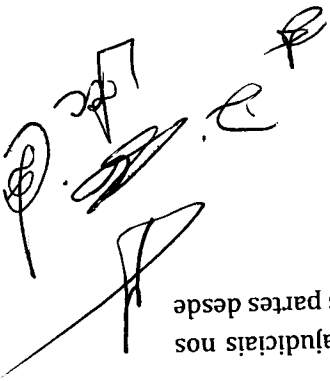
11.6 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.7 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debituristas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debituristas reunidos em Assembleia Geral.

11.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debituristas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debituristas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debituristas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debituristas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debituristas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11.9 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde



já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.11 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 11 (onze) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

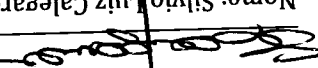
São Paulo, 3 de agosto de 2012.

(assinaturas nas páginas seguintes)

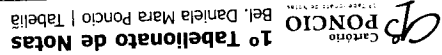


(Página de assinaturas 1/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Cornil Ônibus S.A." celebrada entre Cornil Ônibus S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 3 de agosto de 2012)

  
**Nome: Dairto Corradi**  
**Cargo: Diretor**

  
**Nome: Silvio Luiz Cãlegaro Júnior**  
**Cargo: Diretor**

**COMIL ÔNIBUS S.A.**

  
**1º Tabelionato de Notas**  
 Bel. Daniela Mara Poncio | Tabella  
 Erchim | RS | Fone: (54) 3522.1221  
 Av. Presidente Vargas, 274 | Centro  
 pmtvotabellionato@erchim.com.br

**Reconheço AUTENTICAS as firmas de DAIRTO CORRADI, Silvio Luiz Cãlegaro Júnior que assina por COMIL ÔNIBUS S.A. indicadas com a seta de uso deste tabelionato.**  
**EM TESTEMUNHO** DA VERDADE. (31482-3847792)  
**Erchim** segunda-feira, 6 de agosto de 2012  
 Emol: R\$ 8,80 + Selo digital R\$ 0,50 = R\$ 9,30 Selo 0182 01 1100003 64492 a 64493  
 VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

**Maira Biazzi Selivon**  
**Escrevente Autorizada**



Títulos e Valores Mobiliários, em 3 de agosto de 2012)

Cargo: Marco Aurelio Machado Ferreira  
Diretor

19. OFÍCIO DE NOTAS  
Av. Das Américas, 5.393 Bl. 1 J. N., RJ

Reconheço por semelhança a(s) firma(s):  
FERREIRA, MARCO AURELIO MACHADO,.....  
Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2012

Em testemunho da verdade,

ELIATO DE SILVA  
03-ESCRIVENTE  
Lab. 7 - Gabinete do Diretor de Fiscalização  
Fato: 005, Tab. 1.93, 41  
Nota: 005, Tab. 1.93, 41  
03/08/2012

COPIA  
CORREÇÃO GERAL DO PROCESSO

525525  
2012

525525

(Página de assinaturas 3/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quitrografia, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Comitê Unibus S.A." celebrada entre Comitê Unibus S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 3 de agosto de 2012)

FIADORES:

1º Tabelionato  
Erechim - RS

**DEOCLECIO CORRADI**  
RG: 101.106.666-7 SSP/RS  
CPF: 426.624.009-00

1º Tabelionato  
Erechim - RS

**JUSSARA BERNARDETE CRESPI CORRADI**  
RG: 1.287.119-8 SSP/PR  
CPF: 476.542.289-53

1º Tabelionato  
Erechim - RS

**DAIRTO CORRADI**

RG: 858.697 SSP/SC  
CPF: 354.858.680-53

1º Tabelionato  
Erechim - RS

**DIONES CORRADI PAGLIOSA**

RG: 1.511.928 SSP/SC  
CPF: 494.994.329-49

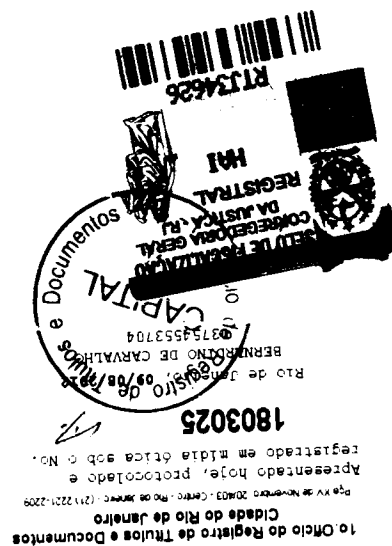
Av. Presidente Vargas, 274 | Centro  
Erechim | RS | Fone: (54) 3522.1221  
prmeirotabelionato@erechim.com.br

**1º Tabelionato de Notas**  
Bel. Daniela Mara Poncio | Tabella

**CP PONCIO**  
Cartório

**Maira Biaz Seliver**  
Escritura Autenticada

Reconheço AUTÊNTICAS as firmas de **DEOCLECIO CORRADI**, **JUSSARA BERNARDETE CRESPI CORRADI**, **DAIRTO CORRADI** e **DIONES CORRADI PAGLIOSA** indicadas com a seta de uso deste **EM TESTEMUNHO** da VERDADE. (26658-3847798)  
Erechim, segunda-feira, 6 de agosto de 2012  
Emol: R\$ 17,60 + Selc digital: R\$ 4,00 - 3718,60 Selc 0182 01.1100003 64537 a 64538  
VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS



(Página de assinaturas 4/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Comil Ônibus S.A." celebrada entre Comil Ônibus S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 3 de agosto de 2012)

Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

2.

Nome:

RG:

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

(Este Anexo I é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Comil Ônibus S.A." celebrada entre Comil Ônibus S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 3 de agosto de 2012)

# ANEXO I

Instituição	Conta	Valor	Jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	2012	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	Jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Itaú	940966	20.037	1.670	1.670	1.670	1.670	1.670	1.670	10.018	1.670	1.670	1.670	1.670	1.670	1.670	1.670	10.009					10.018					20.037
Banco do Brasil	2000720-5	20.018	1.668	1.668	1.668	1.668	1.668	1.668	10.009	1.668	1.668	1.668	1.668	1.668	1.668	1.668	8.831					15.138					20.018
Banrisul	10001542	15.138	1.262	1.262	1.262	1.262	1.262	1.262	6.308	1.262	1.262	1.262	1.262	1.262	1.262	1.262	15.028					15.028					15.138
Santander	819/10	15.028							0								15.028										15.028
Citibank	0722/2011	14.989	1.249	1.249	1.249	1.249	1.249	1.249	7.495	1.249	1.249	1.249	1.249	1.249	1.249	1.249	7.495					0					14.989
Itaú	35177600	5.009	2.505	2.505					5.009								5.009					2.765					5.009
HSBC	10/4790	5.530	461	461	461	461	461	461	2.765	461	461	461	461	461	461	461	2.505					4.667					5.530
Volocartim	76277-5	5.009	417	417	417	417	417	417	2.334	389	389	389	389	389	389	389	2.334					2.505					5.009
Safra	20100138	4.667	389	389	389	389	389	389	2.334	389	389	389	389	389	389	389	2.505					1.252					4.667
ABC	942410	2.505	209	209	209	209	209	209	1.252	209	209	209	209	209	209	209	1.252					0					2.505
Fibra	536410	2.505	209	209	209	209	209	209	1.252	209	209	209	209	209	209	209	1.252					0					2.505
Banrisul	09102484	1.626	407	407	407	407	407	407	1.626								811					0					1.626
Banco do Brasil	2000638-1	811	405	405					811								0					0					811
Volocartim	65382-0	1.259	252	252	252	252	252	252	1.259								0					0					1.259
HSBC	1053430115	324	162	162					324								0					324					324
Safra	20110350	16.096							0								16.096					16.096					16.096
Banco do Brasil	2000975-5	16.078							0								16.078					16.078					16.078
HSBC	0116963	15.892							0								15.892					15.892					15.892
Volocartim	84537-4	15.166							0								15.166					15.166					15.166
Banrisul	11000724	10.181							0								10.181					10.181					10.181
Citibank	1232010	8.199							0								8.199					8.199					8.199
HSBC	0116990	8.125							0								4.063					4.063					8.125
<b>TOTAL</b>																											

Data Base: 30/06/2012

*(Handwritten signatures and initials)*

Em 2014	1,30
De 2015 a 2017	1,20

2. Define-se:

<b>Ativo Circulante</b>	Significa o item no balanço patrimonial que equivale à soma de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, estoque, títulos e valores mobiliários e outros ativos que podem ser convertidos em dinheiro em um período inferior a um ano.
<b>Despesa Financeira Líquida</b>	Significa o resultado das despesas financeiras em módulo, menos as receitas financeiras em módulo, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice, menos gastos com comissões pagas aos Coordenadores no âmbito da Emissão. Caso a Despesa Financeira Líquida seja negativa, o referido índice não será considerado no respectivo período.
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas pelos auditores independentes da Emissora, menos as disponibilidades.
<b>EBITDA</b>	Significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.
<b>Patrimônio Líquido</b>	Significa o valor residual composto por dois conjuntos: transações com os acionistas (divididas em capital e reservas de capital), e resultados acumulados – e outros resultados abrangentes).
<b>Passivo Circulante</b>	Significa o item no balanço patrimonial que inclui as dívidas de curto prazo, contas a pagar e outras obrigações que vencem no período de até um ano.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem, em conjunto, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo, deverão escolher um



auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

Handwritten signatures and initials in the top left corner, including a large stylized signature and several smaller initials.